



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0968/09	DATA: 01/07/2009
INÍCIO: 15h04min	TÉRMINO: 17h16min	DURAÇÃO: 02h12min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h12min	PÁGINAS: 40	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ERIKA KOKAY – Deputada Distrital.

SAULO FEITOSA – Representante do Fórum em Defesa dos Direitos Humanos.

IRÂNIA MARQUES – Coordenadora-Geral de Proteção e Promoção Social da FUNAI.

HUMBERTO XAVANTE – Funcionário da FUNAI.

ROSANE KAINGANG – Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB.

SUMÁRIO: Discussão sobre questões relativas a abrigo e a atendimento de diversos problemas indígenas.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que tem como finalidade discutir questões relativas a abrigo e atendimento a indígenas que precisam sair de suas aldeias para vir a Brasília resolver problemas diversos.

Esta Presidência, antes de dar continuidade, quer manifestar solidariedade aos familiares do Deputado Dr. Pinotti, falecido, e encaminhar condolências em homenagem póstuma ao Dr. Pinotti. Hoje, a Casa determinou que a sessão da Câmara não ocorresse, mas que as Presidências das Comissões ficariam livres para dar continuidade. Como já havíamos marcado esta audiência pública, queremos manifestar nossa solidariedade.

Vamos abrir a falava aos Parlamentares que estão aqui para manifestarem também suas condolências com relação ao falecimento do Dr. Pinotti.

Com a palavra o Deputado Paes de Lira.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me somar às condolências expressas por V.Exa., não somente com relação à família do Deputado Pinotti, que cheguei a conhecer pessoalmente e que tem até um parentesco com um velho e grande amigo meu, que, infelizmente, também faleceu pela mesma causa. Mas também em nome do Estado de São Paulo, que perde um brilhante representante na Câmara dos Deputados, embora ele estivesse licenciado exatamente por exercer um cargo importante na Administração Municipal de São Paulo. É um Deputado com histórias, especialmente nas lutas pela saúde, com iniciativas importantes que frutificaram no atendimento mais especializado à mulher, em São Paulo. Então, é de se lamentar a perda precoce desse Deputado de 74 anos de idade, evidentemente ainda jovem; é de se lamentar a perda desse nome na Câmara Federal.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com a palavra o Deputado Veloso.

O SR. DEPUTADO VELOSO - Sr. Presidente, vim com o objetivo de requerer a V.Exa., em homenagem ao colega Dr. Pinotti, um minuto de silêncio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Depois atenderemos ao pedido V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Pedro Wilson.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, especialmente o Deputado Paes de Lira, do Estado de São Paulo, quero associar-me a V.Exa. na manifestação de pesar pela morte do Deputado Dr. Pinotti, Professor da UNICAMP, Reitor, Secretário de Educação e também da Saúde de São Paulo, do Município, que muito honrou com sua presença nesta Casa, especialmente na luta pela saúde pública brasileira. De tal sorte que me associo às condolências e solicito a V.Exa. que externar nossos sentimentos à Presidência, a seus familiares e ao Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Por solicitação do Deputado Veloso, faremos um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao Dr. Pinotti.

(O Plenário presta um minuto de silêncio)

Esta audiência está sendo transmitida também pela www.twitter.com/cdhcamara. A realização deste evento atende a requerimento de iniciativa deste Presidente e do Deputado Pedro Wilson, Primeiro Vice-Presidente desta Comissão. Este Colegiado Parlamentar, bem como nosso homólogo na Câmara Distrital, recebe com frequência denúncias acerca da precariedade desse tipo de serviço, o que já acarretou ocorrências gravíssimas, como a morte de um adolescente, em 2008, numa instituição de atendimento a indígena, terceirizada, existente no Distrito Federal.

Relatório apresentado pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, assinado pela sua ex-presidente e membro atual, a Exma. Sra. Deputada Erika Kokay, detalha esse tipo de situação que nos motivou à realização desta audiência pública.

O documento registra que a Casa de Convivência Indígena de Sobradinho encontra-se desativada há mais de 2 anos. Além disso, a Fundação Nacional do Índio — FUNAI extinguiu os convênios que mantinha com pessoas em Brasília. Sem outros espaços, os índios ocupam o edifício sede da FUNAI, inclusive a garagem do prédio.



De acordo com denúncias recebidas ali, famílias inteiras dormem sobre papelões, sem cobertas; não recebem alimentação adequada, não possuem atendimento médico e não dispõem sequer de um espaço digno para banho e higiene pessoal. Os riscos de atropelamento das crianças que circulam pela garagem são permanentes.

Com o objetivo de apurar essas denúncias, compreender melhor essa situação e formular um apelo à representação da FUNAI, aqui presente, é que realizamos esta audiência pública, na expectativa de contribuir na busca de soluções e, desta forma, garantir que nossos irmãos indígenas sejam tratados com a dignidade inerente a todos os seres humanos, quando eles precisam vir a Brasília.

Passamos, então, à composição da Mesa desta nossa audiência, convidando a Deputada Distrital Erika Kokay, Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania Ética e Decoro Parlamentar, da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Também convido o Sr. Saulo Feitosa, representante do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas, e a Sra. Irânia Marques, Coordenadora-Geral de Proteção e Promoção Social, da Fundação Nacional do Índio, nesta oportunidade representando o Presidente da FUNAI, Dr. Márcio Meira.

Dando início à exposição de nossos convidados, esclareço que o tempo concedido aos expositores será de 15 minutos. Após as exposições será concedida a palavra aos Deputados presentes, respeitada a ordem de inscrição. Solicito à Secretaria que registre os Deputados que queiram depois ter a palavra. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para formular suas considerações ou seu pedido de esclarecimentos.

Esclareço que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição, e, por isso, solicito que falem ao microfone.

Dando continuidade ao nosso evento, concedo a palavra aos nossos convidados. Primeiro, à Deputada Distrital Erika Kokay, e, na sequência, ao representante do Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas, e, por fim, à representante da Fundação Nacional do Índio.

Com a palavra a Deputada Distrital Erika Kokay.



A SRA. ERIKA KOKAY - Desejo uma boa tarde a cada um de vocês e saúdo os que compõem a Mesa, em nome do Deputado Luiz Couto. E agradeço pela oportunidade de estarmos trazendo esta discussão para esta Casa legislativa.

Parabenizo os Deputados Pedro Wilson e Luiz Couto, que tiveram a felicidade de possibilitar a realização desta audiência pública.

Eu presidi por 6 anos a Comissão de Direitos Humanos na Câmara Legislativa, e há 7 anos faço parte dessa Comissão. A primeira impressão que tivemos no contato com as condições em que os indígenas se hospedam, com a estada dos indígenas aqui em Brasília remonta ao ano de 2003, quando houve um indígena que foi morto em uma das pensões aqui no Distrito Federal. Estivemos lá verificando as condições de hospedagem dessa pensão; o indígena morreu em função de um incêndio provocado provavelmente por um curto-circuito. Estivemos no lugar onde ele estava hospedado, no subsolo. Lembro que era exatamente meio-dia, e não se enxergava absolutamente nada. Lá não havia qualquer tipo de luz natural nem ventilação. Estivemos, naquela ocasião, com o então Presidente da FUNAI e com vários representantes de etnias indígenas. E aí fomos ver. Fizemos uma vistoria em várias dessas pensões, mas com muita dificuldade, porque, na medida em que elas estavam em situação irregular, não havia possibilidade de adentrar e vistoriar. Portanto, elas estavam ao arrepio de qualquer tipo de fiscalização, porque funcionavam de forma irregular. Teoricamente, aquilo ali seriam casas. E lá fomos ver o que não gostaríamos de ter visto. Aliás, o País ainda carrega muita dor com relação à condição indígena, como carrega muita dor ainda com relação à nossa negritude, que é negada, com relação à mestiçagem, também negada. Tudo isso ainda provoca muita dor, na nossa opinião, desnecessária.

Chegamos a ver naquelas pensões que o pé-direito de alguns ambientes eram divididos ao meio; os índios entravam nos cubículos agachados, como se fossem coisas e não pessoas.

Daí começou uma discussão na Câmara Legislativa acerca das condições desses indígenas em trânsito aqui no Distrito Federal. Recebemos na Capital indígenas que aqui vêm para ter atendimento à saúde, que se hospedam na CASAI (Casa de Apoio à Saúde Indígena). Aqui também estão indígenas que têm uma permanência mais duradoura; são os que estudam, e alguns são estudantes



universitários. Assim como também temos entre nós indígenas que aqui vêm, muitas vezes, resolver demandas relativas a sua própria aldeia — porque são demandas que não são resolvidas na aldeia, o que seria o ideal. O ideal seria que todas essas demandas que trazem esses índios para cá pudessem ser resolvidas nas estruturas da própria FUNAI, no próprio Estado, nas proximidades das aldeias; portanto, que não houvesse nenhuma necessidade de que esses indígenas viessem à Capital da República para resolver demandas. E temos ainda indígenas que vêm para cá para comercializar a produção artesanal que fazem, e que ficam um tempo maior no Distrito Federal; mas ainda estão classificados como em trânsito.

Ainda naquela ocasião, tivemos um diálogo com a Presidência da FUNAI. Desenvolvemos uma série de discussões; por exemplo, como resolver o problema dos indígenas? como reestruturar e reabrir a Casa de Convivência em Sobradinho, que poderia ter uma boa estrutura de acolhimento. Naquela ocasião, discutimos a dificuldade dos indígenas de ficarem em uma outra cidade, a dezenas de quilômetros do centro do Distrito Federal, a par da necessidade de deslocamentos, de aqui circularem em busca de solução para seus problemas, aqui no poder central, aqui na Esplanada dos Ministérios. Conseguimos resolver isso como? Pela disponibilização de um transporte, para que eles pudessem ir e vir; e a Casa de Convivência então foi reaberta.

Entretanto, houve problemas; confrontos e conflitos entre algumas etnias dentro da Casa de Convivência. Então ela foi fechada. E ao ser fechada, os indígenas ficaram sem local de abrigo. Paralelo a isso, tivemos outro problema aqui na CASAI, de responsabilidade da FUNASA, porque se trata de assistência à saúde indígena. Houve o assassinato de uma adolescente com deficiência nas dependências da CASAI. As dependências da CASAI não tinham condições adequadas de funcionamento, de dar abrigos, ou mesmo condições para recolher indígenas — isto num país que é tão belo, porque tão diverso! Existem mais de 200 etnias, e, portanto, há inúmeros dialetos, várias formas de ser e várias construções culturais. Portanto, há que se considerar, respeitar essa diversidade, e, assim, assegurar a proteção da diversidade, das expressões do diverso. E, nessa questão da CASAI, houve todo um diálogo com a FUNASA. Porque lembro que já havia um



planejamento da própria FUNASA para transferência das estruturas da CASAI para um outro local.

Estamos aqui com a Eleni, que é a Diretora responsável pela CASAI, indígena também, assistente social. Tivemos alegria muito grande de conhecê-la e de contar com seu trabalho e sua sensibilidade, no exercício de uma política pública.

A CASAI, porém, resolveu seus problemas. As estruturas hoje são extremamente adequadas. Existe toda uma estrutura de acolhimento, isto para quem reconhece que a nossa condição indígena é parte da nossa brasilidade soberana, da nossa brasilidade ativa e ativa. Portanto, neste momento buscamos como resolver a questão dos indígenas que estão em trânsito.

Repito: não foi essa a primeira vez em que estivemos lá, fato que originou esse relatório. Essa já é a segunda visita que fazemos. Fomos lá final do ano passado, pouco antes de os indígenas se deslocarem, voltarem para suas aldeias. E ali vimos mais de 100 indígenas em condições absolutamente atentatórias contra a dignidade humana; indígenas dormindo sobre papelões, ao lado de vãos, ao lado de muitas crianças — com um risco grande de essas crianças sofrerem qualquer tipo de acidente, terem uma lesão, se machucarem. E tudo lá sem nenhuma condição de higiene, como relatado, a par de uma alimentação absolutamente inadequada, fornecida pela FUNAI. E os indígenas aqui vêm, e continuarão a vir, enquanto não se resolve o problema de estrutura das aldeias. Até que essa demandas sejam resolvidas lá nas aldeias, eles vão continuar vindo à Capital Federal. Esta é uma realidade. E eles, quando aqui vêm, alojam-se na FUNAI, porque esse é o único espaço que eles têm para se alojar de qualquer jeito. O que me ocorreu, ao ver tantos papelões, ao ver as pessoas em condições tão inadequadas, é a forma como a gente trata nossa História e a nossa memória, aviltante ao nosso ser, à nossa condição de brasileiros e brasileiras. Mas é assim que o País trata os seus indígenas, dentro de um órgão público como a FUNAI, com toda naturalidade, em meio à banalização de tantas violações de direitos; e tudo isso num espaço que deveria ser de proteção, de defesa de direitos e de reparação de direitos da própria comunidade indígena, que é a FUNAI.

Procuramos a direção da FUNAI e fomos informados de que o alojamento adequado seria fornecido ou providenciado somente quando a demanda é



comunicada com antecedência, dando conta da vinda de indígenas ao Distrito Federal. Entretanto, ninguém na FUNAI, ou ninguém que se visibilize — porque há muita invisibilização na nossa sociedade —, alguém que não invisibilize os indígenas sabe que essa é a realidade premente. Há uma estada e uma vinda de indígenas que aqui ficam em trânsito, mas também há indígenas que permanecem vivendo na sede da FUNAI nessas condições.

Portanto, solicitamos o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, para que possamos estabelecer um diálogo com a FUNAI, com Governo Federal, na perspectiva de que, reconhecendo que esta é a realidade... Porque há um tempo a ser corrido e muitas ações a serem feitas, a fim de que não haja necessidade de os índios se deslocarem permanentemente para o Distrito Federal, para a Capital da República, a fim de terem suas demandas resolvidas.

É preciso que tenhamos espaço de abrigo digno para essa população. Referimo-nos a uma população que foi dizimada, que teve negada a condição de ser brasileiro. Não há sequer um dia em nossas vidas que não expressemos que somos indígenas também, por meio da nossa cultura, da nossa forma de falar, da nossa língua. Enfim, não sei por que não expressamos abertamente que carregamos essa condição indígena desde a nossa formação, que ela é da nossa brasilidade.

Esperamos que desta audiência pública se aponte uma solução ou, pelo menos, os caminhos para construir essa solução, que poderá ser a reabertura daquela Casa de Convivência. Aqui se falou de conflitos entre etnias naquele espaço. Mas havia conflitos entre etnias também nos espaços adequados, com estrutura, com pessoas trabalhando de forma adequada, inclusive os responsáveis pela própria CASAI. Na CASAI antiga, os indígenas ficavam lá em tratamento de saúde de alta complexidade. Eram, via de regra, problemas que demandavam a vinda do índio ao Distrito Federal, considerando-se que a direção daquela Casa ficava a 15 ou 20 quilômetros de distância daquelas dependências. Hoje, a Direção da CASAI está dentro da Casa, acompanhando o dia-a-dia dela.

Entendemos que, se temos boa estrutura em Sobradinho, é preciso reabrir essa estrutura e dotá-la do seguinte: capacidade de abrigar a diversidade, capacidade de contar com profissionais de muita qualidade — e afirmo que os temos — que façam com que cada ente, independente de sua etnia, sinta-se brasileiro.



Ressaltamos que a humanidade é uma só. O Brasil é um só país, composto de várias etnias, de várias formas de ser, de mestiçagem, com origem, via de regra, no estupro de índias e negras. Mas isso é algo real que faz parte do ser brasileiro, que precisa aprender a considerar todos esses aspectos nas suas políticas públicas.

Esperamos que, depois desta audiência, venhamos, no mínimo, a fazer um agendamento, ou criar um grupo de trabalho, ou, enfim, encontrar algum caminho, para que se possa resolver o problema de hospedagem dos indígenas que estão em trânsito no Distrito Federal. A Capital do Brasil não pode ser apenas a hospedeira do Governo Federal. O Governo Federal tem de se responsabilizar por Brasília e considerá-la como deve, como Capital do País. Assim, a Capital do Brasil não pode ser palco e chão de tantas violações, em meio às estruturas públicas federais.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigada pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sra. Deputada Erika Kokay, muito obrigado pela exposição.

Passamos agora a palavra ao Sr. Saulo Feitosa, representante do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas.

O SR. SAULO FEITOSA - Boa tarde. Agradecemos à Mesa o convite em nome do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas — FDDI, que congrega várias organizações indígenas e entidades indigenistas, que têm acompanhado em âmbito nacional todos esses problemas.

Parabenizamos a Comissão pela iniciativa, na pessoa de seu Presidente, Sr. Deputado Luiz Couto, bem como a Sra. Deputada Erika Kokay, que nos últimos anos vem enfrentando essa temática, que para todos entendemos ser bastante complexa.

Aproveitando que a audiência está tendo lugar nesta Casa, queremos também trazer para cá a realidade de outras regiões do País. Embora o objeto da audiência seja a questão do abrigo indígena no Distrito Federal, essa realidade lá fora, lamentavelmente, não é diferente. Se nos reportarmos a Belém, Manaus e Recife, verificaremos que os problemas de lá são semelhantes e, em alguns casos, até mais graves que nas CASAs, ou seja, nas possibilidades de abrigo que a FUNAI apresenta.



No caso das Casas de Saúde do Índio, temos aí uma questão específica. As pessoas que para lá se dirigem o fazem para tratar da saúde. Por isso, torna-se mais fácil identificar o público; ou seja, os destinatários são mais facilmente identificados. Nos outros casos de índios que procuram a FUNAI, conforme o relato da Sra. Deputada Erika Kokay, esses são casos bastante diversificados. Assim, a complexidade se amplia.

Tomando a questão do Distrito Federal, foi dito pela referida Parlamentar o caso de falecimento por asfixia, na pensão que se incendiou. Tivemos também um caso conhecido internacionalmente: a morte do índio Galdino. O índio Galdino era hóspede de uma das pensões. Ele tinha vindo a Brasília para tratar da demarcação da terra indígena dos Pataxó Hã-Hã-Hãe. Inclusive, essa questão depende de julgamento, que deverá ocorrer em breve no Supremo Tribunal Federal. Pois bem. O índio Galdino permaneceu nesta cidade durante 1 semana. No Dia 19 de Abril, ele esteve na FUNAI para acompanhar as festividades do Dia do Índio. Voltou à pensão depois das 22 horas e não a encontrou aberta. Por isso, resolveu dormir na parada de ônibus. Então houve aquela tragédia. Ele também foi vítima desse sistema de abrigo e hospedagem em pensões, utilizado durante décadas pela FUNAI.

As origens são antigas e bastante problemáticas. Na nossa avaliação, falando na condição de representante do Fórum em Defesa dos Direitos dos Índios — FDDI e do Conselho Indigenista Missionário — CIMI, há mais de 30 anos acompanhando o desafio do deslocamento dos índios às cidades, identificamos a culpa primeira na Fundação Nacional do Índio — FUNAI, que sempre estimulou a política clientelista, aquela que favorece os deslocamentos daqueles índios sobre os quais o órgão tem interesse. Isso criou certa “cultura” — entre aspas — por parte de algumas etnias. Em especial, a FUNAI, ao longo do anos, criou um certo grupo de indígenas com quem mantinha relação de interesse. Esses indígenas, ao longo dos anos, construíram relações de amizade com os próprios quadros de funcionários da FUNAI e criaram, nessas relações, hábitos difíceis de serem modificados. Esses hábitos são mantidos ainda. O órgão indigenista aponta para a perspectivas de mudança. Contudo, essa mudança não pode se dar de hora para outra e de forma autoritária.



Identificamos hoje que esse problema, criado pela própria FUNAI, ela própria não consegue solucionar.

Entendemos que o direito de os índios se deslocarem deve ser assegurado. Não concordamos com determinadas atitudes autoritárias de órgãos indigenistas. Por exemplo: o índio não pode sair de sua aldeia se não for com autorização da Administração Regional — AR. Ora, isso não tem cabimento, porque o direito de ir e vir é extensivo a todos.

Contudo, o órgão indigenista está necessitando — e isso todos dizem, os indigenistas e os funcionários da FUNAI — de ser atualizado. O órgão tem de passar por processo de reestruturação e de adequação às exigências atuais.

Quanto à Sra. Deputada Erika Kokay dizer que muitos indígenas se deslocam porque não têm assistência, nem na sua comunidade nem no âmbito da Administração Regional, devo concordar com S.Exa. em que isso é fato. Se tivéssemos órgão indigenista capaz de atender às demandas locais, certamente os deslocamentos seriam em número menor. Nenhum indígena gosta de se deslocar nas condições em que o fazem, passando fome durante as viagens; e, ao chegarem a Brasília, ficam expostos às situações já relatadas.

Preocupa-nos sobretudo os finais de semana, quando a FUNAI não está funcionando, ou seja, aos sábados e domingos. Porque aquelas pessoas permanecem ali.

Ouvimos, no mês de junho, do Presidente Lula, na reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista, que o Governo Federal viabilizaria a realização de concurso público para o órgão indigenista. Esse concurso público aconteceria com a perspectiva da reestruturação, algo que entendemos urgente e necessário. Por meio desses concursos públicos deverão ser privilegiadas as atividades a serem desenvolvidas nas comunidades indígenas, nas Administrações Regionais, porque hoje — não sei qual o percentual exato — o quadro funcional da FUNAI se concentra nas capitais. Por que os índios vêm para cá? Porque os funcionários públicos, que nós pagamos para atender à população indígena, estão nas capitais. Não há como a FUNAI pedir aos índios que fiquem nas aldeias. A quem eles se reportarão nas aldeias? Quando muito, há um chefe de posto, sem estrutura nenhuma, para atender à aldeia, ou um chefe de posto para atender a áreas



enormes, com várias aldeias. Esse problema já é identificado e tem de ser solucionado. Enquanto não houver mudança — entendemos que só assim será possível repensar a política de atenção aos povos indígenas no Brasil —, a demanda continuará concentrada nos grandes centros, sobretudo aqui na Capital Federal, onde estão a FUNAI e o Ministério da Justiça. Se todos os conflitos fundiários são tratados aqui, então o fluxo continuará grande.

Entendemos também que a questão de um centro de convivência, uma casa de convivência é um desafio, porque reconhecemos que a possibilidade de conflitos é real. Mas não acreditamos que seja impossível pensar em alternativas. Acho que a iniciativa da Deputada Erika obriga a FUNAI a tratar dessa questão. Não sei por que a Comissão Nacional de Política Indigenista até hoje não tratou desse problema. Inclusive, até me coloco aqui como responsável, porque integro essa Comissão. De fato, o problema é conhecido por todos. As entidades indigenistas também são solicitadas o tempo todo pelos indígenas que por aqui circulam.

Entendo que a Comissão de Direitos Humanos pode cumprir papel importante. Se me permitem, a minha sugestão é de que essa discussão não fique restrita ao Distrito Federal. Aliás, uma das formas de resolver o problema do Distrito Federal é atacarmos o problema nas regiões.

Creio que se a Comissão de Direitos Humanos possibilitar essa discussão em âmbito nacional, para termos um quadro real, um diagnóstico da situação das várias regiões — inclusive, o CIMI produz anualmente relatórios de violência, nos quais aparecem muitos casos de violência nas casas, até mesmo estupros contra indígenas praticados por funcionários dessas casas, a par de outros tipos de violência —, dedicar atenção para isso, levantar a situação, poderíamos, a partir daí, construir soluções para o País, para melhorar o atendimento prestado tanto pela FUNAI quanto pela FUNASA, assim como por outros órgãos da Administração Pública, em todo o País.

A nossa primeira preocupação é quanto aos índios que por aqui circulam e que estão abrigados — se assim podemos dizer — na sede da FUNAI. É impossível que isso continue. Isso tem que ser solucionado imediatamente. Esperamos que a solução apontada pelo órgão indigenista seja suficiente para resolver a questão emergencial, desde que seguida de propostas mais estruturantes e que evitem que



essa demanda continue a crescer. E apresentar soluções só para questões emergenciais, para nós isso não resolverá os problemas.

Sobre as questões que advêm das regiões — depois a representante da FUNAI vai apresentá-las —, não temos informação de que a discussão que está acontecendo hoje, no âmbito da Presidência da FUNAI, esteja se dando, pelo menos na mesma intensidade, no âmbito das ARs. Ao mesmo tempo em que a FUNAI trata da questão aqui, é urgente que haja também, nas regiões, pessoas, equipes que tratem da mesma questão, e mais, que a solução seja encontrada conjuntamente.

Há críticas de que a FUNAI está realizando um processo interno e buscando alternativas. Acho que a FUNAI tem de consultar a população indígena, a fim de que esta também construa conjuntamente alternativas. Não temos ainda nenhuma alternativa concreta a apresentar.

Uma discussão conjunta da FUNAI com o movimento indígena e com as entidades de apoio — contando com os órgãos públicos, com a Administração, com esta Casa, com a Câmara Legislativa, que já está envolvida —, poderá, sim, apontar para uma saída do problema.

Em nome do Fórum, agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Concedo a palavra à Sra. Irânia Marques, Coordenadora-Geral de Proteção e Promoção Social, da Fundação Nacional do Índio, representando, nesta oportunidade, o Presidente da FUNAI, Dr. Márcio Meira.

A SRA. IRÂNIA MARQUES - Boa tarde a todas e a todos aqui presentes.

Sr. Deputado Luiz Couto, em nome de quem cumprimento todos os Deputados desta Casa; Sra. Deputada Erika Kokay; Sr. Saulo Feitosa; Senhoras e Senhores, iniciarei minha fala, abordando uma questão importante. É muito bom ver nossos nobres Deputados do Distrito Federal e desta Casa discutindo um tema muito importante: a questão indígena deste País, porque muitas vezes nós, órgão indigenista e órgãos que implementam políticas indígenas, a exemplo da própria FUNAI, na qual trabalhei durante 19 anos, nos vemos muito sozinhos. Então, é essencial ver outros atores importantes trabalharem conosco.



A Deputada e o Saulo fizeram um histórico de tudo que vem acontecendo. A FUNAI reconhece toda essa problemática e está trabalhando com a comunidade indígena para solucioná-la.

É importante abordamos hoje não só os indígenas aldeados, mas também os indígenas urbanos, que moram nos grandes centros da cidade — essa é outra realidade que a FUNAI enfrenta; e vou contextualizar nessa linha, a fim de chegarmos até o momento atual e o motivo desta audiência —, bem como os indígenas em reconhecimento, que é de onde partimos. Qual sujeito de direito estamos trabalhando? Observamos que não é um só. Há diversos povos espalhados neste País.

Sou do Ministério da Saúde e hoje estou cedida à FUNAI. A FUNASA trabalha com os índios que estão em busca de tratamento fora das aldeias, porque sua missão é cuidar, dar atenção básica a eles e referenciá-los quando precisarem de atendimento de média e alta complexidade. Então, isso tem um objetivo muito claro.

A FUNAI tem uma missão muito mais ampla: atender aos indígenas em todas as questões relacionadas à sua vida, desde a questão da terra até a de acesso aos direitos sociais e previdenciários; quer dizer, a tudo o que seja necessário para que tenham qualidade de vida: questão do ecodesenvolvimento, meio ambiente etc.

É fundamental mencionar que o Saulo fez uma retrospectiva muito importante. Realmente, a FUNAI se encontra hoje com problemas estruturais. Daqui a 5 anos, quase todos os nossos servidores se aposentarão. É necessário servidores públicos com qualidade, que conheçam essa população e suas especificidades para implementarmos políticas públicas, principalmente as políticas indigenistas. Estamos trabalhando para isso. Realizamos, há pouco tempo, um concurso temporário — infelizmente, foi aprovado só o temporário — para, pelo menos, reforçarmos a gestão da FUNAI.

Para os senhores terem ideia, a população que mais vem a Brasília é a da etnia xavante, com mais ou menos 13 mil índios. Só para atender à etnia xavante há 10 unidades gestoras, que vai de Primavera do Leste a Barra do Garça, Campinápolis e Nova Xavantina, em Mato Grosso. Os senhores podem perguntar: isso resolve o problema? Respondo: não. Muitas dessas unidades gestoras não têm nem condição de fazer uma licitação, um pregão, muito menos atender ao índio nas



suas necessidades reais. Encontramos todos esses problemas na FUNAI, e temos o grande desafio de enfrentá-los com o que dispomos. Estão aprovadas, mais ou menos, 3 mil vagas para o concurso permanente, mas não está ainda autorizada a sua realização. Acreditamos que um concurso permanente na FUNAI ou mesmo da FUNASA não resolverá o problema. Através do concurso permanente teremos servidores de carreira capacitados, qualificados para trabalhar com essa população, com esses povos tão diferenciados.

Então, passamos por toda essa problemática. Mas isso não é justificativa para nenhuma violação de direitos. A FUNAI não quer violar os direitos dos povos indígenas. Muito pelo contrário, tem a missão de garantir seus direitos. O Presidente Márcio Meira trabalha para isso.

Eu coordeno uma instituição que se chama Coordenação-Geral de Proteção e Promoção Social. Ela existe de fato, mas não de direito. E por que não existe de direito? Porque, infelizmente, até o momento, a reestruturação da FUNAI não foi aprovada. Trabalhamos numa estrutura da FUNAI do tempo quando se pensava política indigenista no SPI, quando os índios eram tutelados e não se construíam políticas indigenistas no âmbito do Governo.

O exemplo que dei, da questão do povo xavante, é exatamente isso. Trabalhamos com estruturas deficitárias, pouco qualificadas, e não só no Mato Grosso, mas em todo o Brasil. E conheço grande parte deste País. Trabalhamos para implementar uma política estruturante. Mas, se a reestruturação da FUNAI não ocorrer, não poderemos tampar o sol com a peneira, achar que um ato milagroso resolverá o problema e garantirá direitos aos povos indígenas. Temos de ter uma ação de governo mais concreta, temos de ter apoio do Congresso e de todos os parceiros, a fim de aprovarmos, realmente, medidas que fortaleçam o órgão indigenista deste País, uma vez que todos aqui concordam em que defendemos e reconhecemos os direitos, usos e costumes dos povos indígenas. Então, se todos reconhecem, temos de trabalhar de acordo com a competência de cada um.

Em relação à questão dos índios em trânsito em Brasília, por exemplo, posso dizer hoje que não há 100 índios aqui em Brasília; mas amanhã poderá haver até 300. Uma coisa garantida pela FUNAI — o Saulo lembrou muito bem — é o direito de ir e vir dos indígenas. Sabemos que há problemas estruturais nas



administrações, mas não somos nós que diremos a eles que não venham. Porque o problema terá de ser resolvido lá. O que estamos fazendo hoje para isso? Primeiro, não concordamos — serei muito clara — com a reabertura da casa de Sobradinho de forma intempestiva. Ela foi fechada depois de discussão com indígenas, com o Ministério Público Federal, com a Procuradoria e com outros atores. Porque o que aconteceu lá — realmente, uma violência que quase levou alguns à morte; inclusive, isso está registrado em ata — foi muito grave. Não podemos dizer que tal aconteceu e já passou. Não é isso. A questão é muito mais complexa. Houve conflito entre povos, conflito étnico. Dizem que ocorre até hoje. Eu, na qualidade de coordenadora-geral, tenho de ter uma habilidade muito grande, imensa, para atender a uma etnia e a outra. Por quê? Como eu disse, há indígenas aldeados e indígenas urbanos; estes, que moram nas cidades, têm acesso muito maior a qualquer política pública, porque os centros de saúde estão aqui. A companheira Eleni sabe muito bem que há essa discussão. Todos querem ir para a CASAI, até os índios que moram aqui. E também têm acesso aos postos de saúde. Como trataremos isso? Mas há o aldeado que não. Se a FUNASA não o acolher aqui, para tratamento de saúde, não há quem o faça.

Há a questão dos índios urbanos e dos índios em reconhecimento, que dizem que são índios, têm o direito de se autodeclararem indígenas, principalmente porque somos signatários da Convenção nº 69. Mas o povo não reconhece. E quando dizemos que não podemos atender, outros órgãos dizem: *“Atendam, porque...”*

Existem enes problemas. A questão é complexa. Por isso temos de discuti-la juntos e encontrar uma solução.

Outra questão.

Fazemos política pública, que implementamos com orçamento. A FUNAI tem um orçamento de apenas 150 milhões de reais para tratar desde demarcação e fiscalização até promoção de acessibilidade aos direitos sociais e previdenciários. Este ano, para a área de proteção social — aí vem toda a parte de direito, a questão da gestão participativa, de gênero e juventude, que vimos trabalhando — tivemos apenas 17 milhões. O que são 17 milhões para uma população atual de mais ou menos 600 mil índios aldeados, fora os urbanos?



Temos 17 milhões. Desse valor, tenho menos de 1 milhão até o final do ano. Só para a questão dos índios em articulação social, que são os índios em trânsito, já gastamos até agora 3 milhões, na Capital, fora todo o recurso encaminhado para as administrações regionais, para os índios que tratam de outras questões. Não estou falando nem do recurso destinado só para acessar os direitos sociais e previdenciários, como registro civil de nascimento, aposentadoria, auxílio, distribuição de cestas de alimentos. Para isso, planejamos 8 milhões e hoje não temos nem 1 centavo. E nós pagamos combustível, alimentação, hospedagem para todos os índios deste País. A questão é muito complexa. Não justifica.

Estamos fazendo um trabalho com os indígenas, inclusive estimulando a participação deles para pensar formas de trabalhar a reestruturação da FUNAI. Estamos fazendo isso na CNPI, e o Saulo, como membro da CNPI, é testemunha disso. Estamos apoiando alguns eventos, por meio dos conselhos gestores que estamos formando. Acabamos de apoiar um evento na Raposa Serra do Sol para todas as confederações tratarem a questão dos indígenas do Estado de Roraima. Fizemos isso em São Gabriel da Cachoeira e estamos fazendo em Parintins. Estamos fechando um convênio com algumas organizações indígenas da área xavante. Por quê? Porque acreditamos que essa situação vai mudar se for construída com os indígenas.

O Saulo abordou uma questão muito importante. Há anos vimos trabalhando uma política clientelista: "Eu te dou isso". Mas não é assim. Não estamos trabalhando numa questão de paternalismo, de dar, de oferecer. Esta gestão está trabalhando na promoção dos direitos humanos, a partir até de que o indígena que só tinha o registro administrativo tenha o registro civil de nascimento. Estamos trabalhando isso, até que ele possa acessar todos os seus direitos.

Eu vejo, Deputada Erika, Deputados desta Casa, que a questão da FUNAI é complexa. Essa questão dos índios em trânsito é complexa. A FUNAI está tomando, sim, as medidas. Temos um serviço melhor de acolhimento na Capital.

Foi falado sobre as pensões. Dou graças a Deus por não existir mais pensões no Distrito Federal, por elas terem acabado. Hoje, estamos trabalhando com hotéis, com licitação, colocando os indígenas nos hotéis. Tivemos, ontem, 40 mundurucus



com hotel, alimentação, dentro do recurso de que dispomos. Está aqui para os senhores.

Estamos tentando promover uma política de acolhimento. Há indígenas que vêm e agendam audiência com o presidente, com os diretores e coordenadores, mas há indígenas que vêm porque querem estar na Capital para falar com o presidente e o coordenador. Eles têm todo o direito de vir, e nós temos o dever de promover isso, mas estamos fazendo de acordo com as nossas possibilidades.

Estamos abertos a conversar, a esclarecer, a construir uma pauta que realmente venha dar resposta a essas questões. Reconhecemos todas essas falhas.

Os senhores tenham certeza de que não queremos nem estamos violando direitos. Estamos trabalhando, e trabalhando duro, para promover os direitos humanos, tenham certeza disso, mesmo com os nossos problemas, com as nossas limitações.

Não venho aqui com tristeza, mas com alegria. Eu digo alegria no sentido de saber que a FUNAI não está sozinha; a FUNAI tem parceiros. Tem parceiros como os nobres Deputados e Deputadas que vão nos ajudar a trabalhar essa questão e a construir realmente políticas sociais e uma política indigenista decente, e não um faz de conta. Companheiros, com o que temos hoje, realmente nós fazemos de conta. E não é isso que queremos.

Coloco-me à disposição, Deputado, para qualquer esclarecimento e agradecimento pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Passaremos agora aos Parlamentares inscrito.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Paes de Lira, do PTC de São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sr. Presidente, Deputada Erika Kokay, Dra. Irânia Marques, Dr. Saulo Feitosa, Srs. Deputados Domingos Dutra, Veloso, Chico Alencar, penso que esta audiência sinaliza para problemas e, de certa forma, aponta a FUNAI como responsável por eles, mas parece-me que não deve ser nesse sentido.

A Deputada Erika expôs uma visão a respeito do problema, o Dr. Saulo expôs uma visão bastante complementar à dela e a Dra. Irânia apresentou a posição da



FUNAI. Concordo com o fato de o problema ser mesmo complexo, especialmente porque, como dissemos, como todos certamente concordarão, há de se preservar o direito de ir e vir das comunidades indígenas das aldeias para as cidades e vice-versa, com total liberdade. Nem sempre existe a disciplina ou a organização que os levem a agendar as buscas de serviços e mesmo de tratamento de saúde. Mas o que me parece muito importante mesmo, nessa questão toda, na verdade entronca com a forma do trato dos indígenas como fazemos no Brasil.

A Dra. Irânia disse que não estamos mais no tempo da tutela. De fato, formalmente, não estamos mais no tempo da tutela. Mas se pensarmos bem, as estruturas existentes, de certa forma, são de tutela. São estruturas que ainda encaram os indígenas como pessoas a serem cuidadas. Penso que, como comunidades evidentemente carentes, deveriam dispor dos mesmos serviços estatais que outras comunidades têm nos rincões do Brasil. Mas, mesmo assim, devemos nos lembrar de que as comunidades ribeirinhas não indígenas da nossa grande Amazônia também têm carências de atendimento na área de saúde e diversas outras áreas.

Se houvesse estruturas mínimas próximas dos locais de vida dessas pessoas, especialmente os aldeados — a Dra. Irânia explicou muito bem a diferença entre os aldeados urbanos e os em processo de reconhecimento —, acredito que o problema diminuiria bastante. Não no sentido de contê-los, não no sentido de colocar barreiras para evitar a movimentação dos indígenas como eles querem, mas no sentido de pelo menos oferecer-lhes condições de atendimento nas suas necessidades sociais e de saúde, mais próximos das suas comunidades, diminuindo naturalmente o fluxo e, portanto, os problemas.

Por outro lado, e este é um ponto em que insisto muito, penso que o País deva trabalhar cada vez mais para que os seus indígenas sejam autônomos, desenvolvam modos econômicos de sustentação.

Imagino que se um cidadão residente em Município do Entorno ou de Goiás procurasse atendimento de saúde no Distrito Federal, de certa forma, oneraria bastante o atendimento de saúde à população brasiliense. Se essa pessoa fizesse isso e fosse de poucas posses, um trabalhador assalariado, por exemplo, ele deveria resolver o problema de como vir e hospedar-se em Brasília. Ele deveria



resolver, de alguma maneira, com os elementos que tem à sua disposição, ou seja, com o fruto do seu trabalho, do seu salário, com o apoio de algum familiar.

No meu modo de ver, o Estado brasileiro pensa o sistema como de apoio ilimitado aos indígenas em vez de pensar numa maneira de ajudar as populações indígenas a ser cada vez mais autônomas. Poderíamos formar aqui um debate de dias, por não encapsular essas comunidades, não isolar essas comunidades, não demarcar terras de modo a impedir o convívio harmônico entre as etnias indígenas e os demais elementos componentes da população brasileira. A integração promove, no meu modo de entender, uma organicidade, um convívio orgânico que acaba contribuindo para o desenvolvimento mútuo. E acaba contribuindo, como disse a Deputada Erika Kokay, para que os indígenas sejam brasileiros, independentemente da origem étnica. De modo que preocupa, de fato, o tamanho da missão da FUNAI frente a esse orçamento e frente a problemas que tendem a se avolumar e não ficar contidos ou a diminuir.

A exposição feita pela Dra. Irânia me pareceu bastante razoável. As posições expressas pela Deputada Erika e pelo Dr. Saulo também, mas creio que haja maneiras de se chegar a uma solução que, insisto, passe cada vez mais pela autonomia dos indígenas brasileiros e pela diminuição dessa tutela que, se não é mais formal, ainda existe de fato.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

O Deputado Carlos Abicalil comunica a impossibilidade de comparecer, uma vez que, neste momento, está participando de uma reunião da Diretoria Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE.

A Deputada Erika Kokay informa que sairá porque tem outra atividade.

Passamos a palavra à Deputada Erika Kokay, para que possa fazer algum comentário e despedir-se.

A SRA. ERIKA KOKAY - Vou ter de me retirar, mas queria dizer que é preciso fazermos algo concreto para resolver o problema que estamos vivenciando.

Concordo com o Deputado quando diz que temos de possibilitar que os problemas sejam resolvidos nas proximidades da aldeia ou no próprio canto de cada um, mas isso demanda um certo tempo. Acho que há um nível de violação de



direitos, porque o que vi ali é violação de direitos. Os índios não estão vindo aqui para fazer turismo. Eles estão aqui demandados por alguma coisa, por alguma necessidade.

Portanto, sugeriria, Irânia, se me permite, estabelecermos algum tipo de discussão, porque me parece que não está sendo feito nada emergencialmente ou de imediato para tentar resolver o problema ali, porque as soluções para os problemas complexos não estão apontando com nenhuma solução mais imediata. No final do ano, no segundo semestre, há um fluxo muito grande de indígenas no Distrito Federal.

Então, sugiro, se estiverem de acordo, estabelecermos um tipo de discussão, ainda que não seja formalizado, envolvendo a Câmara Federal, a FUNAI, o CIMI, para buscarmos soluções. Os problemas em geral são complexos porque há causas variadas, mas sua complexidade não pode significar a ausência de busca de soluções. Não que eu diga que a FUNAI não está buscando, mas as soluções apontadas são de longo prazo e há emergência.

Despeço-me e avento a possibilidade de criarmos um grupo, a fim de discutirmos esse problema, que, como disse, se arrasta desde 2003.

Concordo que as pensões não são a solução que diz respeito à dignidade humana, mas é preciso que se resolva.

Agradeço ao Deputado Luiz Couto, parceiro, e a todos desta Comissão por terem possibilitado essa discussão e espero que ela realmente tenha um desdobramento na busca da solução para o problema. Desculpo-me por realmente não poder ficar mais aqui.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Passo a palavra ao Deputado Veloso, do PMDB da Bahia.

O SR. DEPUTADO VELOSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o tema da nossa audiência pública é abrigo e atendimento aos índios que precisam sair de suas aldeias para vir a Brasília resolver problemas diversos, mas tenho certeza de que todos os índios espalhados pelo território nacional precisam de abrigo e atendimento não só em Brasília.



Não sei por que, talvez pela proximidade de algumas tribos a Brasília, há esse atendimento aos índios. Em todo o território nacional há necessidade de abrigo.

Sou da cidade de Olivença, de onde uma tribo tupinambá fica distante mais ou menos 100 quilômetros. Está havendo um problema seríssimo ali: demarcação de terra. Temos recebido vários telefonemas e e-mails de agricultores e índios; agricultores que não querem perder as terras e índios que querem que haja demarcação de terras.

Estão me cobrando muito, Sr. Presidente, sobre um problema que houve há poucos dias, quando vários índios foram torturados. Tenho a impressão, e já informei à cacique Valdelice, que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias já havia tomado as devidas providências na Polícia Federal e no Ministério da Justiça.

Não só os índios são sofrendores neste País. Atualmente, se atentarmos, há ainda o trabalho escravo, o índio ainda é escravo, e esperamos que a FUNAI melhore o atendimento de que tanto precisam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Deputado Veloso.

Passo a palavra ao Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Peço desculpas por só ter conseguido acompanhar o final desta audiência pública, pois estava envolvido em outras atividades parlamentares, mas são duas questões, de duas ordens aproximadas, mas também diferenciadas.

Primeira. Conheço a Casa de Saúde Indígena e a hospedaria da FUNAI na Capital. Sei da precariedade, da insuficiência, o que revela que boa parte inclusive da penúria de recursos para a FUNAI e para as populações indígenas deriva do pouco peso eleitoral desses povos — pouco para não dizer nenhum.

Entendo que, numa reforma política de profundidade, deveríamos discutir, não tenho nenhuma posição definitiva, a questão da garantia de representação mínima desses povos no Parlamento brasileiro. Não há ninguém, desde Juruna, eleito pelo Rio de Janeiro.

Para além da questão da carência de recursos — porque, aparentemente, a Deputada Kokay disse que para problemas complexos, soluções complexas —, acho que, do ponto de vista do abrigo e da acolhida de indivíduos de comunidades



indígenas que buscam algum apoio, algum atendimento que só a grande cidade ou a Capital têm, não deveria ser tão difícil assim.

Qual é a grande complexidade de estabelecer-se um espaço vital, onde esses povos se sintam bem em momento emergencial? Será que é tão difícil assim?

Estamos pesquisando o pré-sal, com empreendimentos espetaculares, grandiosos recursos. O País viveu uma fase até boa do ponto de vista fiscal, financeiro, cofres públicos não abarrotados, mas pelo menos não na penúria.

Hoje se está celebrando 15 anos do Plano Real, acabou o dragão da inflação e tal. E para a população indígena, fico com um sentimento de que não se avança.

Então, queria tanto do Saulo quanto da Irânia, a entidade da sociedade civil e a entidade governamental, uma palavra sobre se a minha percepção está correta.

A segunda deriva da sessão anterior da Comissão de Direitos Humanos. Usando um direito regimental e uma necessidade de bem votar, pedi vistas ao projeto substitutivo da Relatora, Deputada Janete Pietá, quanto a um projeto de lei original do Deputado Henrique Afonso, do PT do Acre, em relação a um problema que nos toca: a morte de crianças indígenas a partir de concepções culturais e entendimentos de seus grupos — em geral, grupos mais arredios ao contato com os chamados civilizados. Seriam 12 grupos nativos em 240. Portanto, não dá para generalizar. Há todo um movimento, até internacional, com vídeos bem produzidos, sobre o chamado infanticídio indígena.

A Deputada Janete fez um substitutivo tirando esse elemento criminalizador da autoridade que não denunciasse isso, estabelecendo, dentro do Estatuto do Índio, o trabalho de informação, de troca de dados para se avançar nessa questão. Eu me dei o direito de analisar melhor isso. E aqui é uma boa oportunidade.

Fiquei impressionado porque já recebi mais de 300 *e-mails*, rigorosamente divididos. Não seria capaz de precisar agora quantos, até sexta-feira estava em 115, respeitando o meu direito de pedir vistas e questionando o projeto original, contra 100, criticando, alguns até me condenando ao fogo do inferno, ou ao que podem considerar inferno e que, para mim, não é de jeito nenhum: não serei mais eleito. Isso é uma bobagem. Estamos aqui para prestar um serviço e votar de acordo com as nossas convicções. Disputar outra eleição e vir ou não a ser eleito, não vem ao caso absolutamente.



Quero a análise do caso, a posição da FUNAI em relação a isso, porque há argumentos de todo lado: desde que é uma desumanidade — a cada minuto que passa, uma criança indígena pode morrer ou ser enterrada viva — até os que dizem que essa campanha reforça os estereótipos e preconceitos, na medida em que generaliza os povos indígenas como bárbaros, como cruéis.

Então, é um tema vivo, polêmico, complexo sim e merece desta Casa uma posição, porque há projetos legítimos tramitando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Lembramos que, no dia 16 de julho, às 10h, neste plenário, exibiremos o documentário sobre Juruna. Em seguida, haverá um debate.

Normalmente, agora seria dada a palavra aos Parlamentares, mas não temos tantos nesta audiência pública — alguns porque estão em outras atividades; outros, em consequência do falecimento do Dr. Pinotti, já devem ter ido para seus Estados.

Concedo a palavra ao Sr. Humberto Xavante, funcionário da FUNAI.

O SR. HUMBERTO XAVANTE - Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Vou me pronunciar pela coordenação da liderança do Conselho Indígena. Estou representando-o para esclarecer a realidade aos Exmos. Srs. Deputados, as Exmas. Sras. Deputadas, aos Exmos. Srs. Senadores e as Exmas. Sras. Senadoras.

Os índios estão passando por necessidades. Em hipótese alguma ocorreu isso. Os índios estão dormindo debaixo da garagem da FUNAI; índios como Raoni Kayapó, Aritana Yawalapiti, Aniceto Tsudzaweré, verdadeiros representantes dos xavantes. Eu sou funcionário, delegado pelas tribos xavantes, da etnia xavante.

Foi pedido aos generais, no tempo da administração militar, para poder interpretar o bem-estar dos indígenas — não dos xavantes, de todos os índios do Brasil —, para interpretar também a autoridade aos indígenas, intercâmbio para melhoria dos indígenas do Brasil.

Eu fiquei muito indignado e estou repassando a indignação da etnia xavante, kayapó, fulni-ô e de muitos índios do Brasil, representantes legítimos, originários. O CNPI foi criado para poder ser substituído pela FUNAI. FUNAI é uma sigla, se mudar para CNPI não melhorará a assistência aos indígenas. Querem trocar elementos, mas não sabem administrar a instituição.



V.Exas. prestem bem atenção: não posso aceitar isso. Sou representante, delegado pelas lideranças indígenas. Entregarei, após conversar, muito apoio aos políticos para poder esclarecer a realidade. Os índios estão passando por necessidades, como se o Governo fosse criminoso, como se fossem os Senadores e Deputados criminosos, e não são. Há muitos brasileiros que têm espírito humano, espírito cristão e querem dar aos índios melhorias.

A palavra da tutela não impede. A tutela é para os índios não serem lesados. O costume indígena é diferente do da sociedade branca, das majorias. Esse costume é trazido da Europa. Então, como podem tirar a tutela se os índios não sabem escrever, não sabem falar? Mesmo os que sabem falar não conhecem a lei, nem a democracia da sociedade das majorias. Se tirarem a tutela, quem vai dar assistência? Mesmo que deem assistência, quem está comandando a FUNAI não é a FUNAI. É o Presidente do CNPI e o Presidente da FUNAI, ao mesmo tempo em 2 cargos. E não podemos aceitar esse tipo de maus-tratos aos indígenas.

Criação de CNPI e CIMI. Fala-se muito, mas não executa. Transmite a obrigação dele de transmitir. Em 1971, sempre dizíamos à FUNAI para que ela se manifestasse diante das outras autoridades, e não fizesse, como está acontecendo, essa política de eleição para poder dar uma satisfação a autoridades que têm muito dinheiro.

Por causa de reclamações, no tempo do ex-Presidente Fernando Cardoso, foi construída uma casa para acolher os índios. Até a Deputada participou para colocar os índios naquele lugar para que pudessem descansar. Eles não vêm passear à toa no Distrito Federal. Eles vêm trazer os problemas para que sejam solucionados pelas autoridades da instituição e não para serem discriminados.

Os doentes são trazidos para tratamento por médicos especializados, assim como muitos cidadãos brasileiros vão para o exterior para receber um tratamento melhor por um médico especializado. Nós não podemos aceitar esse tipo de tratamento.

Por isso, peço apoio para que, daqui para frente, seja pensado esse tratamento aos indígenas brasileiros, que querem respeitar a lei da instituição, do Estatuto do Índio. Pediram para que, quando os índios tiverem conhecimento do costume dos brancos e tiverem recursos para viver na cidade — se já têm



conhecimento e grau de estudos, como é o costume da maioria dos brasileiros —, no meio da sociedade de brancos, eles mesmos precisam solicitar, e não como está pedindo o Projeto de Lei nº 2.057, de 1991. Não está bem a favor dos índios. Precisa estudar muito esse projeto, porque ele não está completo.

Nós solicitamos: nunca se pode discutir sem a presença dos índios verdadeiros para recolher todos os conhecimentos e para os índios pedirem a sua integração nacional.

Srs. Deputados, essa é uma camuflagem de pensamento. Já antecipa, antes de os índios chegarem fisicamente. Pediram muitas vezes aos indígenas representantes, como liderança de cada aldeia, para poder tirar na marra a pessoa que criou essa ideia. Peço-lhes: não façam isso.

Hoje vamos nos comportar como pessoas civilizadas. Vamos levar esses fatos ao conhecimento dos Parlamentares para que tomem providências junto com o Ministro da Justiça e não haja mais esse tipo de revelia, que não é nossa educação.

Entrego esses pedidos aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Humberto.

Também pede a palavra a Sra. Rosane Kaingang, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB, que pretende mostrar a posição do movimento indígena especialmente sobre as PECs e os PLs contrários aos povos indígenas que tramitam na Casa.

Peço que o tempo de 5 minutos seja respeitado para que os Parlamentares e convidados possam responder a todas as indagações.

Com a palavra a Sra. Rosane Kaingang.

A SRA. ROSANE KAINGANG - Estou com a voz um pouco ruim, mas conseguirei me manifestar.

Em primeiro lugar, boa tarde a todos. Já somos conhecidos de partido, Deputada Erika Kokay.

Trago a posição do movimento indígena. Somos 4 membros na APIB, que representam as 4 organizações brasileiras. Represento a Região Sul com a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul — ARPIN/Sul. O companheiro Mauro Terena é representante da ARPIN/PAN, que abrange o Pantanal mato-grossense, o Mato Grosso do Sul, e o Aty Guaçu, que são os kaiowás do Mato



Grosso do Sul. Além disso, temos a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira — COIAB e a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo — APOINME.

Compomos a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB, somos representantes e temos sede em Brasília. Também compomos outros segmentos de lideranças indígenas.

Estamos acompanhando as PECs e os projetos de lei tanto no Senado como na Câmara dos Deputados. Queremos trazer a posição do movimento indígena. Tramitam nas duas Casas mais de 100 projetos contrários aos nossos direitos. No máximo, 2 ou 3 serão favoráveis a nós. Os outros são todos contrários, principalmente a PEC nº 38, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que traz para o Congresso Nacional a responsabilidade da demarcação das terras indígenas.

No entanto, o Decreto nº 1.775, que foi aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, regulamenta a demarcação das nossas terras, os procedimentos demarcatórios, e ouve tanto os povos indígenas como os não índios que estão dentro das nossas terras. Ele também vai ser alterado.

O art. 231, que acaba de ser aprovado no Senado, regulamenta a atuação da Polícia Federal nas nossas terras indígenas. Infelizmente, a FUNAI não levou a sua posição para o MJ, a fim de que ela fosse discutida no Senado a nosso favor. Estamos muito ressentidos com a ausência da FUNAI no Congresso Nacional.

A questão das cotas raciais, um avanço para nós, povos indígenas e negros, voltará na semana que vem só para ser votada “sim” ou “não”. No Senado, foram 4 PECs e PLs. Hoje, na CCJ do Senado, todos são contrários a nós, povos indígenas.

A Constituição brasileira não está sendo respeitada por esta Casa, que a elaborou, que legislou sobre ela. Nem o Executivo, nem STF, nem Judiciário respeitam mais a Constituição, a Carta Máxima deste País. Onde está o Capítulo 231, sobre os índios? Lá estão conquistados nossos direitos. Os nossos direitos estão indo por água abaixo neste Congresso Nacional.

Como vamos defender um pequeno atendimento pela FUNAI se os nossos direitos estão indo por água abaixo nesta Casa? Nosso posicionamento é o mesmo, compomos o FDDI. E achamos que não é só uma reestruturação. Ela vem de um passado, tutela, como acaba de dizer o companheiro Xavante. É uma questão de



conceito. Para nós, ela não existe mais desde 1988. O que queremos é proteção. Mais do que nunca queremos também o apoio dos senhores na tramitação desses projetos contrários aos indígenas.

Senhores, como disse o nobre Deputado, talvez sejamos uma gotinha de eleitores diante da sociedade brasileira, mas às vezes, Deputado, nós decidimos eleições municipais e de Estado na minha região. Faltam 10 mil para o Governador ser eleito. Nós, kaingangs, somos a terceira maior etnia deste País. A primeira são os guaranis; a segunda, os ticunas, da Amazônia, e nós somos a terceira.

Nobre Deputado, o País não se orgulha, infelizmente, de uma diversidade cultural que não há no mundo. Somos 120 povos; 183 línguas distintas. No mundo, há 100 grupos de índios isolados, dos quais 63 estão neste País. Mas não vejo o País se orgulhar disso. Nós, povos indígenas, estamos muito ressentidos pela forma como somos tratados neste País. *(Choro.)* Não é de uma forma digna. E continuam falando, mas não há solução. A tendência nossa é estar piorando cada vez mais. *(Choro.)* Se os projetos de lei forem contrários a nós, a tendência nossa é encher as cidades. Seremos os futuros nordestinos que vieram no pau-de-arara para São Paulo, para todos os Estados do Brasil, inclusive para a Capital da República. Nós vamos engrossar os bolsões das favelas nas cidades grandes.

Com relação, nobre Deputado, ao projeto de lei do infanticídio, nós lamentamos. O movimento indígena dará a Deputada Pietá o nosso posicionamento em relação ao projeto de lei do infanticídio. Em primeiro lugar, um vídeo chocante que denigre a imagem dos zuruahãs no País e no mundo, quando não era um vídeo fictício, uma simulação de enterro, com crianças karitianas de outra etnia. Ninguém sabe disso. Hoje essas duas crianças, no conceito dos karitianas, estão doentes porque, ao simularem o enterro delas, para nós significou que elas perderam a alma. Para os karitianos, essas duas crianças que participaram desse vídeo estão doentes, estão em depressão. Como é que uma mentira como essa viaja por todo o mundo, denegrindo a imagem dos zuruahã? É um povo com muito pouco contato.

A via para nós, povos indígenas, não é um projeto de lei, não é uma imposição do Estado brasileiro sobre nós. A via é a consciência política de cada povo. A via é educacional. Não é dessa forma que nós nos tratamos como povos indígenas, na imposição, sem o conhecimento de quem somos nós.



Nós vamos botar nossa posição, e nós queremos o apoio dos Parlamentares, porque nós não queremos esse projeto de lei aprovado. Nós temos formas de conduzir os nossos problemas, e não é pela via da imposição. E isso precisa ser respeitado. Nós temos uma Constituição que diz, segundo nossos usos e costumes... O conceito para vocês de morte não é o mesmo para nós, povos indígenas. Tudo tem uma razão, uma explicação. E é preciso este País entender que somos diferentes, que precisamos ser respeitados.

O zuruahã não vai entender o que é uma deficiência, se há correção cirúrgica ou se não há. Mas é preciso ser respeitada essa diferença, o ser diferente. E onde estão os nossos direitos humanos no sentido de ser diferente? Também vão ser desrespeitados? Os zuruahãs têm o direito de ser diferentes. Podemos melhorar, sim, as nossas organizações na via da educação, da consciência política do povo zuruahã, mas não dessa forma.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

Queremos dizer que a Comissão de Direitos Humanos tem cumprido o que está dentro de sua competência. Inclusive, vários projetos aqui foram rejeitados. Nós só analisamos o mérito. A constitucionalidade passa pela Comissão de Constituição e Justiça. Mas os projetos que estão vindo aqui são analisados do ponto de vista da violação dos direitos humanos e nós temos trabalhado nessa perspectiva.

Queremos também dizer que a Comissão de Direitos Humanos tem sido solícita no sentido de também colocar recursos no Orçamento. Temos sempre tratado com a FUNAI para aumentar o percentual de recursos para as políticas que a entidade possa implementar.

Então, é importante que isso seja encaminhado quando do Orçamento, para que uma das 5 emendas a que nós temos direito como Comissão possa ser para um programa específico de políticas públicas para as comunidades indígenas.

Passamos a palavra ao Dr. Saulo.

O SR. SAULO FEITOSA - Inicialmente, quero parabenizar pelas intervenções. Esta audiência conta com uma presença pequena de Parlamentares, mas são os que estão de fato comprometidos em busca de discutir e apontar soluções para o problema aqui posto.



As intervenções feitas pelos Deputados Paes de Lira, Veloso e Chico Alencar mostram por parte desses Parlamentares a compreensão do problema.

A questão que o Deputado Paes de Lira coloca, de que a via da autonomia é a solução, de fato o é. Nós podemos constatar que muitos povos que não circulam por aqui — e são muitos os que não circulam, são poucos os que circulam —, os muitos que não circulam é porque já têm adquiridas certas condições que viabilizam a eles resolver os seus problemas. Então, já têm solucionado o seu conflito fundiário, já têm formas de subsistência na própria comunidade que lhes possibilitam certa autonomia.

O senhor está correto quando afirma que o que o Governo, no caso, a FUNAI, deveria fazer é investir na construção dessas autonomias. Isso nós não temos dúvida. É através de políticas que sejam adequadas.

Concordo também que essa marca da tutela, desenvolvida pelo Estado ao longo dos anos, ainda permanece. Embora tenhamos um texto constitucional bastante avançado, na prática, o senhor tem razão quando constata essas realidades.

O Deputado Veloso também agrega essas informações, toda essa situação dos conflitos existentes na sua região. Os próprios tupinambás, que estão mais naquela região da praia, que também têm toda a dificuldade com a situação do desenvolvimento do turismo na região, foram povos que, de fato, ficaram 200, 300 anos sem serem cuidados; de repente, de uma hora para outra, disseram: *“Não aguentamos mais ficar sem cuidados. E, agora, como vamos solucionar o nosso problema?”* Então, isso mostra essa realidade que os senhores apresentaram aqui.

Sobre o que disse o Deputado Chico Alencar, a primeira questão, de mais fácil solução, que é sobre a situação do abrigo, eu acho que, sim, o Governo tem condições de imediatamente disponibilizar recursos para resolver o problema do abrigo — isso é questão emergencial —, com as condições que colocamos anteriormente, que são questões mais estruturais. Tratando delas, seria evitado esse grande fluxo de pessoas aqui na Capital.

A representante da FUNAI apresentou a alternativa dos hotéis. Também não sei se o hotel é melhor do que o Centro de Convivência. O hotel também não evita conflitos e é muito mais estranho aos povos indígenas. Eu acho que nós



poderíamos, sim, partir para encontrar uma solução rápida e que certamente o hotel não é a solução satisfatória. E aí o Governo teria que ter, por parte da FUNAI, um investimento de recursos, mas também de pessoal, para que haja essa preparação. Não basta colocar os índios para serem acolhidos em qualquer lugar, por qualquer pessoa sem preparação alguma. Espero que possamos levar essa discussão adiante, buscando algumas respostas.

Sobre a questão mais específica do problema que foi abordado pelo Deputado Chico Alencar, do infanticídio, a nós nos preocupa muito. E aproveitamos a oportunidade para também fazer um apelo aqui aos Srs. Parlamentares desta Comissão dos Direitos Humanos. De fato, a forma como determinados temas são abordados, em vez de buscar soluções, pode criar conflitos, a exemplo do que relatou o Deputado Chico Alencar.

O que posso informar aos senhores é que nós temos, ao longo de 2 anos, feito uma discussão, através da Comissão Nacional de Política Indigenista, em todas as regiões do Brasil envolvendo os povos indígenas.

A proposta visa à apresentação de um novo texto para o Estatuto dos Povos Indígenas, porque o texto que hoje existe nesta Casa, cuja tramitação está paralisada desde 1994, foi construído ainda nos anos 90, entre 1990 e 1992. Ele está bastante defasado e necessita ser atualizado para uma aprovação.

Discussões aconteceram nessas consultas, durante estes 2 anos. Fizemos 10 oficinas regionais e mais um encontro nacional em Brasília, com 1.200 indígenas presentes. Um dos temas trabalhados é justamente o que trata da proteção da criança e do adolescente indígena. Só para esse tema, a nossa proposta tem 11 artigos. Então, é um texto construído considerando de fato toda a pluralidade étnica e cultural existente no País.

Vou-me permitir ler para os senhores um parágrafo de um dos artigos e o *caput* de outro artigo.

Existe um capítulo específico, *“Da proteção da criança e do adolescente”*. O art. 163, que trata da legislação pertinente, propõe em seu § 2º:

“Os direitos das crianças e dos adolescentes indígenas serão informados e disseminados junto às comunidades nas quais eles vivam”.



“Art. 165 Em caso de ameaça à vida ou à integridade física da criança ou adolescente indígena, o órgão indigenista federal, por intermédio da equipe multidisciplinar e em diálogo com a respectiva comunidade indígena, promoverá o encaminhamento adequado à sua proteção integral, mas levando, sempre que possível, o direito à convivência com a sua comunidade.”

E aí vem o articulado. Nós encaramos seriamente o tema, mas lamentamos a forma como ele foi posto para discussão, através de um projeto de lei que acabou sendo discutido aqui.

Nós temos conhecimento de uma alternativa ao texto, o substitutivo proposto pela Deputada Janete Rocha Pietá. Para nós, a Deputada fez um esforço enorme para descaracterizar esta ideia da criminalização. Na verdade, ela propõe: *“Os órgãos responsáveis pela política indigenista devem oferecer oportunidades adequadas aos povos indígenas de adquirir conhecimento sobre a sociedade”* — a macrossociedade —, *“quando verificados casos de infanticídio, atentado violento ao pudor ou estupro, maus-tratos, agressões à integridade física e psíquica de crianças e genitores”*.

Achamos que é bastante restritivo. Pega-se só um aspecto, quando se trata da infância e da adolescência. Depois, essa afirmação em 4 incisos, para nós, é a reafirmação do preconceito, porque não é verdade que todas as comunidades indígenas praticam isso. Raramente, em alguma comunidade indígena, ainda se percebe isso. Essa prática foi sendo modificada ao longo do tempo. Nós conhecemos inúmeros casos em que, por exemplo, a questão do infanticídio...

Hoje eu nem acredito mais que sejam 12 povos, Deputado Chico Alencar, porque eu participo da Cátedra de Bioética da UNESCO/UNB e, depois que aconteceram tantas denúncias, nós começamos a fazer uma pesquisa para ver se de fato procede. Nós não estamos convencidos de que aconteça nesse número total de povos.

Mas essa prática foi sendo modificada a partir do momento em que aconteceu o que disse o Deputado Paes de Lira. Esses povos começaram a ter acesso às



informações. No caso da criança que nasce deficiente, se o povo fica sabendo que há como corrigir o defeito, então, sabe que pode corrigir o defeito. Não é preciso sacrificar a criança.

Posso-lhe dar um exemplo concreto do povo myky, no Estado do Mato Grosso. Em 1978, sobreviveram 27 índios do massacre existente. Naquele momento, nós instalamos uma equipe que permanece lá até hoje. Acho que sobreviveram 5 mulheres em idade fértil. No primeiro nascimento, a criança nasceu com lábio leporino. A leitura da comunidade: *“É feitiço, tem de ser sacrificada”*. A nossa intervenção, por meio da colega que estava lá, dominando e convivendo com a língua, foi: *“Na nossa sociedade, os nossos pajés corrigem os feitiços. Os nossos pajés se chamam médicos, e eles operam. Se vocês aceitarem, podem levar a criança. Se o pajé fizer o tratamento e vocês concordarem, a criança pode retornar.”* Levaram a criança, a comunidade aceitou. Foi feita a cirurgia corretiva, e a criança voltou. São inúmeros os casos que aconteceram.

A ausência do Estado de fato existe. Por isso, insistimos para que o Estado seja mais presente. Então, a forma de solucionar não é criminalizando, não é aumentando o grau de preconceito.

Acreditamos que mesmo o texto apresentado pela Deputada Janete Rocha Pietá ainda reforça este estereótipo do índio selvagem, que mata seus filhos etc. Acho que há outras formas. E esta Comissão tem a obrigação de ajudar a sociedade brasileira a se libertar desse preconceito, que ainda é bastante arraigado.

Infelizmente, esse projeto de lei faz muito mais eco fora do Brasil do que aqui. Por onde passamos, ele é discutido. Achamos que ele está servindo a outros interesses. Ele não tem, de fato, a finalidade de combater essas práticas. Acreditamos que ele só vai ser eficiente — e estamos propondo que haja um projeto de lei, até na forma de um estatuto — se vier de forma positivada, para fazer o processo educativo, como disse a Rosane Kaingang, liderança indígena.

Agradecemos a oportunidade. Também nos comprometemos em dar continuidade a esta discussão sobre o tema do abrigo de indígenas aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tem a palavra a Dra. Irânia Marques.



A SRA. IRÂNIA MARQUES - Eu vou iniciar pela Rosane, a quem quero cumprimentar, em nome das mulheres indígenas deste País. Os senhores viram a força da Rosane, que representa bem as mulheres indígenas hoje. Quer dizer, não só os homens indígenas, mas as mulheres estão-se posicionando e estão fazendo política também. Isso é muito importante considerar. Vai na linha da defesa dos direitos trabalhar com a questão da proteção.

O Humberto representa outra etnia, a etnia xavante.

Quero começar pela Rosane e pela pergunta do nobre Deputado Chico Alencar. A FUNAI está-se posicionando exatamente como a Rosane falou, como indígena, e como o Saulo falou como organização indigenista, como FDDI, como membro da Comissão Nacional de Política Indigenista.

No primeiro momento, quando foram apresentados os 2 artigos dentro do projeto de lei da adoção, o projeto de lei macro, que é um avanço para discutir a questão da adoção neste País — não negamos todo o trabalho, todo o esforço feito pelos Parlamentares e pelos Ministérios envolvidos —, concordamos com o projeto geral, mas ele não serve à população indígena, aos povos indígenas. Desde o início, a nossa posição foi essa. Quando fomos convidados, dissemos: “*Não serve*”.

Discutir adoção e criminalização relacionando isso à questão do infanticídio é um grave erro. A FUNAI não concorda com isso. Desde aquele momento, já nos posicionamos contrariamente. Nós pedimos a exclusão dos 2 artigos. Um contemplava a Constituição, mas o outro vinha na direção da criminalização. E nós fomos contra.

Essa questão foi levada à CNPI. Na última reunião da CNPI, no início de junho, quando estávamos fechando o Estatuto do Índio, nós discutimos isso na Subcomissão que trata da questão da promoção social e definimos o seguinte: essa questão tem de ser tratada com lei específica, tem de partir de acordo com o Estatuto do Índio, que logo chegará a esta Casa — não é, Saulo? Esperamos o apoio de todos, porque ele não foi construído só pela FUNAI, pelo FDDI ou por outros Ministérios do Governo. Ele foi construído com o movimento indígena de todo o País, assim como a Rosane relatou. Houve uma consulta pública. Fomos às bases. Ele retrata o que a sociedade indígena quer como proteção dos seus direitos.



Nós dissemos o seguinte: *“Isso tem de ser discutido a partir do Estatuto do Índio. A adoção tem de ser tratada de forma específica.”* Quando se diz isso, Saulo, falam também: *“Ah, não! Mas o que nós vamos fazer com aquelas criancinhas lá do Mato Grosso do Sul, que estão desnutridas, e com suas famílias! Ah, vamos liberar a adoção!”* Há “n” desculpas e interesses.

Na FUNAI, se os senhores quiserem ver, há processos imensos contra instituições que insistem em adotar crianças indígenas. Há processos contra a ATINI, que fez esse vídeo. A própria indígena Rosane Kaingang falou que há provas de que ele é mentiroso. Já abrimos processo, Rosane, contra essa instituição. Olha a repercussão! Fizeram todo um cenário, montaram um vídeo, espalharam pelo Brasil e pelo mundo inteiro algo mentiroso, que não é a realidade dos povos indígenas.

A posição da FUNAI é contrária a esse substitutivo. Acreditamos, sim, no Estatuto do Índio, que caminha para a proteção dos direitos dos povos indígenas. É nisso que a FUNAI acredita e está trabalhando nesse sentido.

Quanto à outra questão que a Deputada falou, nós não estamos de braços cruzados em relação aos índios em articulação social ou aos índios em trânsito, que vêm para as grandes cidades. Não. Nós estamos trabalhando. Fizemos a primeira oficina, em maio, de promoção e proteção social para os povos indígenas, onde se pactuou com os nossos administradores de que forma, com as condições que nós temos hoje, vamos tratar essa questão, porque se nas outras portas os indígenas batem um dia, durante uma semana ou um mês, na FUNAI é a toda hora. Então, o problema é nosso e nós temos que resolver com eles.

Nós pactuamos de que forma nós vamos tratar isso. E há toda a questão legal, que os senhores sabem, dos órgãos de controle do recurso público, CGU etc. Estamos fazendo isso através de processos licitatórios, abrigando em hotéis, tentando cumprir também a legislação de controle do Orçamento. Mas também estamos discutindo a forma de resolver isso nas grandes Capitais e nas cidades onde temos uma grande população indígena.

Por exemplo, em Porto Seguro, na Bahia, só naquela região existem em torno de 9 mil indígenas, e há uma grande demanda para a cidade de Porto Seguro. Como vamos tratar isso?



Existem os maxacalis, em Minas Gerais. Temos uma grande cobrança dos municípios onde vivem os maxacalis, porque existe um problema sério, que é o do alcoolismo. Como vamos tratar isso?

Em Redenção, no Pará, embora pensem que os caiapós estão na aldeia, isolados, não é bem assim. Já existem caiapós na cidade. Também estamos tratando isso.

Em Manaus, moram 25 mil indígenas. No ano passado, fomos debater com eles como trabalhar essa questão, como promover melhor o acesso às políticas sociais. Fomos para a Conferência Estadual dos Povos Indígenas Urbanos do Estado do Amazonas, em Manaus. Sentamos junto com a Fundação Estadual dos Povos Indígenas — FEPI, com a Secretaria de Meio Ambiente, à qual a FEPI está vinculada, com a Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, onde há uma grande demanda. Estamos trabalhando para isso, mas estamos trabalhando junto com os indígenas. Não dá para fazermos isso sozinhos. Temos de fazer isso, participar.

Em Mato Grosso do Sul — tinha aqui um indígena terena — existem hoje, em média, 10 mil terenas morando em Campo Grande. Recebemos a mesma demanda: *“FUNAI, os índios urbanos querem discutir os problemas!”* Nós fomos lá. E também há a questão dos índios que vivem nas aldeias.

Estou destacando isso novamente porque existem 2 momentos. E há também a complexidade, Deputado, que é lidar com as necessidades dos índios urbanos e as necessidades dos índios aldeados. As necessidades são diferentes, e muitas vezes nós não chegamos a consensos, a acordos, porque são visões de mundo diferentes: de quem está na aldeia e de quem está na cidade.

Enfim, estamos trabalhando isso. Quero dizer que a FUNAI não está de braços cruzados. Está aberta ao diálogo com os senhores. É assim que construímos política pública verdadeira, que atenda aos direitos da população em geral e especificamente da população indígena. Nós estamos trabalhando nesse campo, não estamos de braços cruzados. Queremos muito a colaboração e queremos trabalhar junto com os senhores e com os indígenas. Estamos investindo nisso.

Como vamos criar uma política que não é de tutela mas sim de proteção? “Empoderando”, fazendo com que os índios conheçam a outra realidade e possam dialogar conosco. A FUNAI, apesar dos seus escassos recursos, designou recurso



exatamente para isto, para fomentar uma gestão participativa, como disse no início da minha fala. Todas essas questões estão dadas hoje. Estamos realmente muito deficitários, mas estamos trabalhando para melhorar.

Por fim, Deputado Chico Alencar, o senhor perguntou sobre a complexidade. Nas falas dos 2 indígenas observamos a complexidade. Para elaborar a política e para implementá-la se passa por “n” questões, e sabemos bem disso quando vemos que há mais de 210 povos, que um luta pela tutela e manutenção e o outro luta pela proteção.

Outra questão: o que está por trás da expressão “os indígenas verdadeiros”? Então, a complexidade, quando trabalhamos com a questão indígena, está muito por trás disso, é preciso compreender cada expressão dessas.

Às vezes estou na minha sala e chegam 30 indígenas. É uma forma de escutar, é uma forma de observar, é uma forma de tratar. Daqui a pouco chegam 2 apenas. É totalmente diferente.

Na verdade, não é empecilho a complexidade, o que ela traz é o esforço de criarmos habilidades para superar esses problemas. Foi nesse sentido que falei do complexo, porque a questão indígena é complexa, porque a diferença de cada povo tem de ser respeitada. Escutamos isso na fala da nossa indígena Rosane kaingang.

Quero agradecer a oportunidade ao Deputado Luiz Couto e dizer que estou aqui representando o Presidente Márcio Meira. Os senhores podem ter certeza de que nesta gestão o que mais queremos é construir com os indígenas, é construir com os nossos interlocutores, com os nossos parceiros. Estamos aqui com essa disponibilidade e os senhores podem ter a certeza de que o que pudermos fazer para garantir o direito desses povos vamos fazer, vamos trabalhar.

Agradeço a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Dra. Irânia Marques.

Como conclusão desta audiência pública, em primeiro lugar, verificamos que há um projeto, resultado de um grande debate de audiências realizadas, o Estatuto dos Povos Indígenas, proposta da Comissão Nacional de Política Indigenista. A proposta deverá ser encaminhada pelo Poder Executivo para que seja debatida nesta Casa e depois aprovada.



Há um projeto de lei, analisado pela Deputada Janete Capiberibe, Relatora, que, em um primeiro momento, fez algumas considerações e veio um substitutivo. E há, de acordo com algumas falas aqui, a necessidade de que o projeto possa... no substitutivo haveria alguns elementos que reforçam a questão de que todas as comunidades estariam dentro do elenco de atividades que seriam consideradas violação dos direitos das crianças e adolescentes indígenas.

Com relação ao projeto, a Deputada Janete Capiberibe, que é a Relatora, poderia pedir para reanalisar, o Regimento garante isso; ou o autor retirar o projeto. São duas opções. Também existe a de adiamento de votação. A não ser que fosse apensado um novo projeto. Um Parlamentar apresentaria outro projeto sobre essa questão e seria apensado a partir de determinação da Mesa Diretora. A matéria retornaria para a Relatora e retomáramos a discussão na Comissão.

A proposta é que possamos constituir na Comissão de Direitos Humanos um grupo de trabalho para começar a discutir não somente essa, mas também outras questões. A partir da proposta de Estatuto dos Povos Indígenas, que possamos nos antecipar nessa discussão para que quando o Estatuto chegar aqui já tenhamos acúmulo de debates sobre o assunto.

Ainda não é o final, mas já é um instrumento que podemos pedir para que os Parlamentares possam ter cópia desse anteprojeto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, existe alguma informação sobre quando a Casa Civil, o Governo enviaria? Existe um prazo, uma expectativa quanto a isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Dr. Saulo poderia...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É um novo Estatuto dos Povos Indígenas? Altera o Estatuto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É o Ministério da Justiça que encaminha para a Casa Civil, os advogados verificam se há alguma inconstitucionalidade, já vai encaminhada a justificativa, e o Presidente encaminha para... Estamos pedindo que haja uma certa agilidade na remessa desse projeto para o Parlamento, a fim de que possamos discutir a política indigenista para as nossas comunidades.



Então, haveria a constituição de um grupo de trabalho e que possamos oferecer uma emenda ao Orçamento, caso haja um projeto que melhore não apenas o atendimento aqui em Brasília, mas que se possa descentralizar. Por exemplo, em vez de vir para Brasília, iria... Embora em algumas questões os índios vêm a Brasília porque aqui é a sede do poder e, muitas vezes, eles vêm discutir com os Ministérios. É o mesmo que ocorre com aquele cidadão que não é da comunidade indígena e que tem problemas. Ele vem discutir aqui em Brasília e o final das conferências é sempre em Brasília. Então, há essa cultura, vêm aqui não para passear, mas para discutir e debater, para exigir que sejam respeitados os direitos das comunidades indígenas.

Mas apresentamos essa possibilidade e vamos pedir aos Parlamentares, no momento da indicação, que uma delas possa ser para colocarmos no Orçamento mais recursos para as questões das políticas indígenas.

Vamos também fazer uma indicação ao Presidente da República apelando para a realização do concurso público. Foi dito aqui pela Dra. Irânia que daqui a pouco não teremos mais ninguém para cuidar, porque o pessoal estaria se aposentando. E o concurso não traz as pessoas totalmente preparadas, elas vão aprendendo sobre a cultura indígena no dia a dia. Então, é importante que façamos esse apelo ao Presidente da República para que já haja a definição de que esse concurso possa ser realizado. São mais de 3 mil vagas para permanentes.

Há um grupo de trabalho que vai começar a discutir o Estatuto dos Povos Indígenas. Esse é um aspecto importante.

Queríamos saber se o Dr. Saulo tem alguma informação sobre a pergunta do Deputado Chico Alencar, quando é que estaria chegando aqui nesta Casa esse anteprojeto.

O SR. SAULO FEITOSA - Tenho, sim, Deputado. Na verdade, havia um acordo entre o Governo e o Movimento Indígena de que os índios fariam até o mês de abril a discussão e a conclusão no Acampamento Terra Livre, aqui em Brasília.

O Governo tinha interesse, porque há na Casa a tramitação do projeto de lei que trata da mineração em terra indígena, de interesse do Executivo, e a Comissão Especial atrasou seus trabalhos, esperando que chegasse esse texto, porque ele já



incorpora também a questão da mineração. Porém, os índios pediram mais um tempo ao Executivo, porque houve atraso.

Então, de fato, nesse caso, nós temos que reconhecer que o atraso foi do movimento indígena; foi nosso, seus operadores. Mas finalmente agora, no começo de junho, foi discutido cada capítulo, cada artigo, e foi acordado. No próximo dia 7, nós nos reuniremos no Ministério da Justiça para bater o martelo. Depois é só o Executivo... Na verdade, é para cancelar, porque os acordos já foram feitos, e depois o Executivo deve enviar a mensagem para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Além da retirada pela Relatora, também se pode fazer um requerimento para adiar a votação, esperando o momento da chegada do Estatuto, que tem uma tramitação diferente de outra legislação.

Nós sabemos que o Estatuto do Desarmamento, depois de 10 anos de gaveta, é que... porque se vai discutindo ponto por ponto, e aí vêm os interesses também múltiplos. Nesse aspecto, não é tão fácil aprovar um estatuto de uma hora para outra. Há um tempo grande de maturação e até de adulteração, por exemplo, de emendas que serão colocadas, na perspectiva de retirar ou de enxertar outros assuntos — porque aqui na Casa há muito isto, colocam algo no meio que não tem nada a ver com comunidade indígena, mas se põe no meio para impedir que o Estatuto seja aprovado.

Mas há também essa possibilidade. Então, são muitas possibilidades para de fato discutirmos o conjunto das políticas indigenistas, e não apenas um ponto isolado.

Nós fizemos esta audiência porque, a partir dessa situação, se vê como a coisa evoluiu, na perspectiva de mais outros aspectos que foram levantados aqui.

Tem a palavra o Deputado Paes de Lira.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sr. Presidente, só para esclarecer 2 pontos importantes. O projeto em análise, que tem um substitutivo da Deputada Janete Rocha Pietá, não criminaliza a conduta indígena. Ele criminaliza objetivamente a conduta do funcionário público, do servidor público, que, tomando conhecimento do risco ou da prática, deixe de tomar medidas em favor da criança ou do adolescente que pode vir a sofrer violência — não entrarei na discussão dos costumes.



Mas ele criminaliza, portanto, a conduta do funcionário público. É verdade que ele elenca um rol de ações que são o objetivo da atenção do funcionário público, que exigem a atenção e a ação dele na proteção das crianças.

No tocante à PEC, ela não existe para violar os direitos das comunidades indígenas. O que ela quer é trazer o Poder Legislativo à discussão dessas matérias. Ela quer incluir o Poder Legislativo no processo de demarcação, que é um direito constitucional dos indígenas.

Eu já disse, na reunião anterior, e reafirmo minha posição: nem seria necessária uma PEC, porque o art. 231 da Constituição inclui o Congresso Nacional, e se inclui este Congresso para referendar, com muito mais razão ele deve fazer parte do processo de demarcação.

É preciso somente não entregar nas mãos do Executivo apenas por decreto o poder de demarcar terras indígenas e trazer o debate ao Congresso Nacional, que, afinal de contas, é o representante do povo brasileiro. Concordo que seria muito bom que houvesse mais representantes dos indígenas nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputado, nós discutiremos essa questão, porque quando se menciona o Congresso, elenca 2 pontos: a retirada, por uma questão... aí o Congresso Nacional é chamado, ou seja, é uma discussão que vamos travar durante muito tempo, porque efetivamente nós sabemos que se formos esperar que a demarcação seja realizada somente após o Congresso Nacional homologar, teremos dificuldades enormes. Mas discutiremos isso quando a matéria chegar aqui.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Resolve com urgência, como tudo se resolve com urgência aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas nós vimos como, no Supremo, demorou.

Nós agradecemos a participação ao Dr. Saulo Feitosa, à Deputada Erika Kokay, que já saiu, à Dra. Irânia Marques, aos Parlamentares e demais presentes.

Damos por encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado.